

Encontrada carta falsa na casa de João Alves

por Eduardo Hollanda
de Brasília

A CPI do Orçamento suspeita que o deputado João Alves deva ter sido o autor de uma carta-denúncia falsa enviada no dia 9 de dezembro ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), com a assinatura forjada de José Carlos Alves dos Santos.

Na carta, acusações de uso das subvenções sociais globais eram feitas a dezenas de parlamentares, incluindo até Ulysses Guimarães, Nelson Carneiro, Fernando Henrique Cardoso, Delfim Netto e Luiz Eduardo Magalhães.

Além disso, a carta acusava todos os integrantes da CPI do Orçamento de terem aprovado emendas de elevado valor para empreiteiras no Orçamento elaborado em 1991. Um dos valores mais altos teria sido obtido pelo relator da CPI, Roberto Magalhães.

A confirmação da falsidade da carta foi obtida pela CPI logo depois de recebida pelo senador Passarinho. Segundo o deputado Robson Tuma (PL-SP), um dos encarregados por Passarinho das investigações, a falsificação da assinatura e a comprovação da impossibilidade de José Carlos ter ido ao Correio postar a carta mostraram à CPI que tudo não passava de "uma armação".

A CPI só descobriu a origem da farsa depois de

analisar os documentos apreendidos na noite de segunda-feira pela Polícia Federal na casa do deputado João Alves. Entre os documentos, havia listas manuscritas e um rascunho de trechos da carta.

A ordem dos nomes nas listas é rigorosamente a mesma da carta encaminhada à CPI. As observações a respeito de cada parlamentar, como o número de prefeituras e/ou entidades beneficiadas, também. Para a CPI, a intenção da falsa denúncia era criar clima de suspeição sobre a própria CPI.

Mas a CPI não apreendeu apenas o rascunho da falsa denúncia. Entre os documentos, foram encontradas listagens detalhadas de obras e emendas, agrupadas por lobista de empreiteira; listas elaboradas pelas empreiteiras, com as obras e as emendas de seu interesse; e tabelas com a obra, o valor original, o valor emendado, o contingenciado e, finalmente, o desbloqueado e efetivamente liberado para as empreiteiras. Nestas tabelas, João Alves colocava, ao final, o percentual 1%, indicando sua comissão final.

As quatro subcomissões da CPI vão agora fazer o levantamento de todo o material, para buscar novas provas sobre os parlamentares envolvidos com o esquema do Orçamento.